

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 4559, DE 2023

Estabelece causa de aumento de pena para o crime de estelionato cometido em detrimento de pessoa jurídica de direito público ou privado que opere plano de assistência à saúde.

Autor: Deputado Pinheirinho

Relator: Deputado Covatti Filho

I- RELATÓRIO

O Projeto de Lei em análise altera o Decreto-lei nº 2.848 de 1940 (Código Penal) a fim de estabelecer uma causa de aumento de pena para o crime de estelionato quando for cometido em detrimento de pessoa jurídica de direito público ou privado que opere plano de assistência à saúde.

Na sua justificção, a autora nos lembra que:

O estudo “Impacto das fraudes e dos desperdícios sobre gastos da Saúde Suplementar”, realizado pelo Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS), mostra que, ainda em 2017, quase R\$ 28 bilhões dos gastos das operadoras médico-hospitalares do País com contas hospitalares e exames foram consumidos indevidamente por fraudes e desperdícios com procedimentos desnecessários.

(...)

O setor é um dos que mais sofre com fraudes no mundo, e também no Brasil, o que prejudica toda a cadeia produtiva, fornecedores e operadores, e acaba onerando ainda mais o beneficiário de boa-fé. Além dos aspectos que envolvem a própria saúde do beneficiário, as fraudes acabam por impactar nos reajustes dos planos de saúde. Nesse sentido, é que a redução das fraudes poderá contribuir para reajustes em percentuais menores.



O projeto foi distribuído à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para análise dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa e mérito. A proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões, sendo o regime de tramitação o ordinário. No prazo regimental, não foram aqui apresentadas emendas parlamentares.

É o relatório.

II- VOTO DO RELATOR

Compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania manifestar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, e o mérito da proposição em exame.

Quanto à constitucionalidade formal, a proposição analisada não apresenta vícios, uma vez observadas as disposições constitucionais pertinentes à competência privativa da União para legislar sobre Direito Penal (art.22, I) e à iniciativa parlamentar da matéria (art. 61).

Quanto à constitucionalidade material, há matéria versada no presente projeto de lei não atenta contra as cláusulas pétreas previstas no art. 61, § 1º da Constituição Federal bem como não há em seu texto qualquer ofensa direta ou indireta ao texto constitucional.

Quanto à juridicidade, a proposição não apresenta vícios a torná-la em desconformidade com o sistema jurídico vigente, consubstanciando em uma norma adequada.

Em relação à técnica legislativa, o projeto de lei não necessita de reparos de redação para adequação aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Passa-se, então, a análise do mérito.

O projeto de lei visa estabelecer que a pena aumentará um terço se o crime de estelionato for praticado em face de pessoa jurídica de direito público ou privado que opere plano de assistência à saúde.

“Art.

171

“
.....

§ 3º A pena aumenta-se de um terço, se o crime é cometido em detrimento de entidade de direito público, de instituto de economia popular, assistência social ou beneficência, **ou de pessoa jurídica de direito público ou privado que opere plano de assistência à saúde. (g.n)**



Entendemos que esta causa de aumento de pena em muito contribuirá para a prevenção e a repressão das fraudes que são realizadas contra essas pessoas jurídicas as quais impactam a sustentabilidade do sistema, afetando toda uma cadeia produtiva, e principalmente o acesso a saúde pelos beneficiários dos planos de saúde.

Conforme estimativa de um estudo realizado pela Ernest Young em parceria com o Instituto de Estudos da Saúde Suplementar (IESS)¹, fraudes e desperdícios em planos de saúde tiveram um impacto entre R\$ 30 bilhões e R\$ 34 bilhões no Brasil em 2022, representando 11% a 12,7% da receita da saúde suplementar no país. O setor funciona com base no mutualismo/coletividade, esses efeitos resultantes acabam por ser diluídos entre os 50,9 milhões de beneficiários, refletindo diretamente no preço final a ser pago por eles.

Por consequência, o alto índice de ocorrência de fraudes impacta diretamente nos índices de reajuste anual dos planos de saúde, elevação essa que poderá acarretar a migração massiva de beneficiários da saúde suplementar para a saúde pública, sobrecarregando ainda mais o Sistema Único de Saúde (SUS).

O combate à essas fraudes passa pela conscientização da sociedade, profissionais e enfrentamento da atividade criminosa. Nesse ponto, temos a convicção de que a adoção da medida legislativa proposta contribuirá para inibir o cometimento dessas fraudes na saúde.

Por todo o exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei 4559/2023.

É como votamos.

Sala da Comissão, em 30 de novembro de 2023

DEPUTADO COVATTO FILHO
Relator

¹ <https://www.iess.org.br/biblioteca/tds-e-estudos/estudos-especiais-externos/fraudes-e-desperdicios-em-saude-suplementar>

